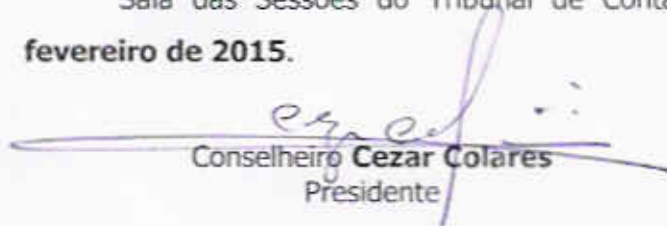


**PREJULGADO DE TESE Nº 003, de 05 de fevereiro de 2015.****RESOLUÇÃO Nº 11.746****Processo nº 201417118-00**

EMENTA: CONSULTA. CÂMARA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS. SERVIDOR MUNICIPAL. ESTABILIDADE ADQUIRIDA COM BASE NO ART. 19 DO ADCT. EXERCÍCIO DO CARGO COMISSIONADO. DIREITO À PERCEPÇÃO DE ADICIONAL 1/6 CALCULADO SOBRE O VENCIMENTO DO CARGO COMISSIONADO. APRECIÇÃO COM BASE NO ART. 1º, INCISO XVI, DA LEI Nº 084/2012 DO TCM.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA** em tese, formulada por autoridade competente, e respondida nos termos do **Art. 1º, inciso XVI, da LC nº 84/2012 do TCM**, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **à unanimidade**, em **aprovar** a resposta à **CONSULTA**, nos termos da Ata da Sessão, do Relatório, voto e Resolução da Conselheira Relatora prolatada às **fls. 106-108** dos autos, que passam a integrar esta decisão. Por força do previsto no Art. 302, do RI/TCM/PA a presente decisão constitui-se PREJULGADO DE TESE.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **5 de fevereiro de 2015**.


Conselheiro **Cezar Colares**
Presidente


Conselheira **Mara Lúcia**
Relatora

Presentes: Conselheiros, Aloísio Chaves, Daniel Lavareda, Mara Lúcia, Cezar Colares, Antônio José Guimarães; Auditor convocado Sérgio Dantas e Procuradora Maria Inez Gueiros.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 11.746

Processo n.º: 201417118-00

Assunto: Consulta

Órgão: Câmara Municipal de Paragominas

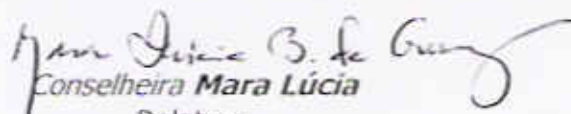
Interessado: João Bosco da Silva Almeida

EMENTA: CONSULTA. CÂMARA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS. SERVIDOR MUNICIPAL. ESTABILIDADE ADQUIRIDA COM BASE NO ART. 19 DO ADCT. EXERCÍCIO DO CARGO COMISSIONADO. DIREITO À PERCEPÇÃO DE ADICIONAL 1/6 CALCULADO SOBRE O VENCIMENTO DO CARGO COMISSIONADO.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA**, formulada por autoridade competente, em caso concreto e respondida nos termos do artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 084/2012, acordam os **Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará**, por unanimidade, em **aprovar** a resposta à **CONSULTA**, nos termos da Ata da Sessão e do Relatório e Voto da Conselheira Relatora, às **fls. 106-108**, que passam a integrar esta decisão.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em
05 de fevereiro de 2015.


Conselheiro Cezar Colares
Presidente


Conselheira Mara Lúcia
Relatora

Presentes: Conselheiros Aloísio Chaves; Daniel Lavareda; Mara Lúcia; Antônio José Guimarães; Auditor Convocado Sérgio Dantas e Procuradora Maria Inez Klautau de Mendonça Gueiros.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 11.746

Processo n.º: 201417118-00

Assunto: Consulta

Órgão: Câmara Municipal de Paragominas

Interessado: João Bosco da Silva Almeida

Relatora: Conselheira Mara Lúcia

Tribunal de Contas dos Municípios
Ato publicado no D.O.E nº 328/16
de 13/03/15, pg. 54

Responsável

RELATÓRIO

João Bosco da Silva Almeida, Presidente da Câmara Municipal de Paragominas, encaminhou **CONSULTA** (fls. 01-04), com amparo no **artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 084/2012**.

Questiona o interessado se servidor municipal que adquiriu estabilidade com base no art. 19 do ADCT e atualmente exercendo o cargo comissionado de Secretário da Câmara Municipal, tem direito à percepção de vantagem prevista no art. 199 da Lei nº. 422/1987 – Regime Jurídico dos Servidores Municipais de Paragominas, consistente na sexta parte (1/6) dos vencimentos do cargo em comissão¹.

Os autos desceram à DCAP para manifestação, a qual entendeu que: "*Cediço que o cargo em referência – de Secretário Geral da Câmara – tem natureza temporária, não devendo, em regra, seus reflexos pecuniários servir de base para a contribuição previdenciária*".

Conclui a DCAP que: "*tem-se por regular o recebimento da sexta-parte do cargo em comissão desde a sua ocupação, limitado a cinco anos (...)*" (fls. 99-104).

É o relatório.

¹ "Art. 199 - O funcionário ocupante de cargo em comissão terá direito ao adicional previsto nesta seção, cauculado sobre o vencimento deste cargo, enquanto nele permanecer" (sic).

Handwritten signature



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 11.746

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Preliminarmente, cumpre analisar da regularidade da presente Consulta, a qual se confirma, dado o atendimento das formalidades insculpidas no artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 084/20122, pois formulada por autoridade competente e suscitada em dúvida na aplicação de dispositivos legais, de competência fiscalizatória deste **TCM-PA**.

Passo à análise de mérito da mesma, tal como interposta.

A Lei Municipal nº. 422/1987 dispõe em seus arts. 198 e 199 que:

"Art. 198 – O funcionário que completar 5 (cinco) quinquênios de serviço público municipal fará jus à percepção da sexta-parte do seu vencimento, ao qual se incorpore automaticamente, para todos os efeitos.

Art. 199 – O funcionário ocupante de cargo em comissão terá direito ao adicional previsto nesta seção, cauculado sobre o vencimento deste cargo, enquanto nele permanecer" (sic).

A leitura dos referidos dispositivos legais mostra que o servidor público de Paragominas que exerce cargo em comissão, tem direito à percepção do adicional consistente na sexta-parte calculada sobre o vencimento do referido cargo comissionado.

O art. 199 também estabelece que o adicional é temporário e será percebido pelo servidor enquanto exercer o cargo em comissão. Sendo assim, sobre a vantagem em comento não deve incidir a contribuição previdenciária, porque não servirá de base de cálculo para a aposentadoria – excetuada a hipótese em que

² XVI - Responder a consulta técnica que lhe seja formulada, em tese, por autoridade competente, a respeito de dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes a matéria de sua competência, na forma estabelecida no Regimento Interno.

quintana



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 11.746

expressamente o servidor assim optar (§2º do art. 4º, da Lei Federal nº. 10.887/2004³).

Na hipótese de a Administração Pública Municipal não ter concedido a vantagem ao servidor, este terá direito ao pagamento dos valores retroativos desde o início do exercício do cargo em comissão (se já implementado o requisito do art. 198 da Lei Municipal nº. 422/1987).

Com essas considerações, formula-se a seguinte resposta à consulta vertente: - o servidor público de Paragominas que exerça cargo em comissão, no que se inclui o de Secretário da Câmara Municipal, tem direito à percepção do adicional, previsto no art. 199 da Lei Municipal nº. 422/1987, consistente na sexta-parte calculada sobre o vencimento do referido cargo comissionado.

Esta é a resposta à consulta formulada, que submeto à deliberação do Egrégio Plenário.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em
05 de fevereiro de 2015.


Conselheira Mara Lúcia
Relatora

³ § 2º O servidor ocupante de cargo efetivo poderá optar pela inclusão, na base de cálculo da contribuição, de parcelas remuneratórias percebidas em decorrência de local de trabalho e do exercício de cargo em comissão ou de função comissionada ou gratificada, de Gratificação de Raio X e daquelas recebidas a título de adicional noturno ou de adicional por serviço extraordinário, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40 da Constituição Federal e no art. 2º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º do art. 40 da Constituição Federal. (Redação dada pela Lei nº 12.688, de 2012).